

INDICE

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS.....	2
1. RELATÓRIO DA DIRETORIA	3
1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	4
1.2. CONJUNTURA ECONÔMICA	4
1.3. DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL.....	5
1.3.1. Produção e Comercialização	5
1.3.2. Produtividade	6
1.4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	6
1.5. INVESTIMENTOS	7
1.6. MEIO AMBIENTE	8
1.7. NOVOS EMPREENDIMENTOS.....	8
1.7.1. Usina Presidente Médici / Fase C (Candiota III) – Mina de Candiota	9
1.7.2. Mina do Leão II.....	9
1.7.3. Mina do Iruí	9
1.8. GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	10
1.9. PERSPECTIVAS	11
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	11
2.1. BALANÇO PATRIMONIAL.....	13
2.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	15
2.3. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO	16
2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2010.....	17
2.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	18
2.5.1. Contexto Operacional.....	18
2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis	18
2.5.2.1. Apuração do Resultado	18
2.5.2.2. Demais Contas a Receber.....	19
2.5.3. Estoques	19
2.5.4. Empréstimos e Depósitos Compulsórios.....	20
2.5.5. Investimentos	20
2.5.6. Imobilizado	20
2.5.7. Demais Contas a Pagar.....	22
2.5.8. Empréstimos e Financiamentos.....	22
2.5.9. Provisão para Contingências	23
2.5.10. Tributos Federais a Recolher.....	24
2.5.11. Patrimônio Líquido	25
2.5.11.1. Capital Social	25
2.5.11.2. Remuneração do Capital Próprio	25
2.5.11.3. Reserva de Reavaliação.....	25
2.5.12. Demonstração do Resultado.....	26
2.5.13. Contribuição Social e Imposto de Renda	26
2.5.14. Provisão para Impostos Diferidos	27
2.5.15. Ajustes para Fins de Comparabilidade	27
2.5.16. Cobertura de Seguros	27
2.5.17. Plano de Previdência – Contribuição Definida	27
3. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	29
4. PARECER DO CONSELHO FISCAL	32
5. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	34

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

Diretoria (*)

Telmo José Kirst
Mauro Ochman
Eduardo Martins Medeiros

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Conselho de Administração (**)

• Membros Titulares

Claudemir Bragagnolo
Elifas Mariom Kerller Simas
Baltazar Balbo Garagorri Teixeira
Marcelo Tuerlinckx Danéris
Vinicius Gomes Wu
Flavio Koutzii

Presidente

• Membros Suplentes

Mari Elisabeth Trindade Machado
Elisabete Magali Grando Barbosa
Ilsa Maria Praxedes do Canto
Carlos Robério Garay Corrêa
João Victor de Oliveira Domingues

Conselho Fiscal (***)

• Membros Titulares

Lindemar Franzon
Adalberto Caino Silveira Netto
Raquel Longaray Souza Santos
Hélio Levi da Silva
José Heitor de Souza Gularte

• Membros Suplentes

Ricardo Guimarães Moura
Roberto Falcão Laurino
Gerson Petteffi
Marcio Baldino Karam
Sandro Celestino da Rosa Wollenhaupt

(*) Reeleição e posse em 10.03.2009

(**) Eleição e posse em 18.01.2011

(***) Eleição e posse em 29.03.2007

1. Relatório da Diretoria

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração - CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração - CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

O ano de 2010 foi muito bom para a economia nacional. O país cresceu muito, houve queda grande do desemprego, segundo o IBGE, a taxa deve fechar em torno de 6%, um recorde desde que começou a série, em 2002.

No começo do ano, os economistas previam crescimento do PIB de 5,5%, a atual projeção é de 7,5%. Foi um ano bom para quase toda a América Latina, com exceção da Venezuela, que teve recessão. A região termina com crescimento médio de 6%. O Brasil não foi o que mais avançou por aqui, mas registrará o maior crescimento desde 1985. A inflação subiu com o IPCA ficando acima da meta, em torno de 5,9%. Para 2011 a expectativa dos economistas é mais modesta, com um crescimento do PIB previsto para 4,6%, o que ainda é um crescimento muito significativo.

No que se refere ao Setor Carvão, não se confirmou a realização de um leilão de energia termelétrica (A-5) no segundo semestre de 2010. Este leilão é uma das principais expectativas do Setor para 2011.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Até outubro de 2010 a CRM continuou operando com a produção da Mina de Candiota limitada ao mínimo contratual de 133.333 t/mês de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fase A + B, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, na Mina de Candiota. A partir de novembro, com a entrada em operação da Fase C da UPME, este mínimo contratual passou a 275.000 t. mensais o que propiciou um incremento significativo na produção mensal da Mina, o que deve ser mantido durante 2011. A Mina de Candiota encerrou o ano com um faturamento à CGTEE de 1.883.333,33 t.

Na Mina do Leão, o faturamento à Usina de São Jerônimo se manteve no mínimo contratual de 6.500 t/mês, durante todo o ano. Outros mercados abastecidos por esta unidade também sofreram impacto do elevado regime pluviométrico ocorrido no período, o que restringiu a demanda por carvão termoelétrico no Estado de Santa Catarina.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

PRODUÇÃO DO CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2006	2007	2008	2009	2010	VARIAÇÃO % 2010/2009
CE 6300	3.143	1.843	0	0	0	0,00
CE 5500	4.057	17.156	0	0	0	0,00
CE 5200	0	2.421	44.704	50.053	53.277	6,44
CE 4700	116	0	0	13.155	0	(100,00)
CE 4500	0	20.319	30.168	15.433	8.002	(48,15)
CE 4200	44.380	50.648	44.406	53.136	39.092	(26,43)
CE 3300	1.996.762	1.816.958	1.636.709	1.661.920	1.699.102	2,24
CE 5200*	0	0	1.300	19.179	15.831	(17,46)
CE 4200*	0	0	0	1.615	643	(60,18)
CE 5500*	0	0	47.551	0	1.583	100,00
ROM	0	0	5.946	0	0	0
TOTAL	2.048.458	1.909.345	1.810.784	1.814.491	1.817.530	0,17

*CARVÕES FINOS

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2010 foi determinada pela limitação nas encomendas efetuadas pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica-CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici-UPME no período, e pela queda na demanda de energia termoelétrica em função do regime pluviométrico ocorrido durante o ano. O cálculo mantém os critérios adotados a partir do exercício de 2003, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Carvão Vendável (t/ano)	2.048.458	1.909.345	1.810.784	1.814.491	1.817.530
Total Homem/dia	88.853	88.403	87.461	83.504	83.483
PCV * (t/H/d)	23,05	21,60	20,70	21,73	21,77

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2006 a 2010, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Bruta Anual	90.842.863	90.544.305	92.549.022	97.557.110	105.861.897
Receita Líquida Anual	86.901.451	86.247.346	86.711.894	91.382.960	99.741.480
Custos dos Prod. Vendidos	52.620.901	53.904.599	53.418.346	61.954.381	67.641.658
Resultado Bruto	34.280.550	32.342.747	33.293.548	29.428.579	32.099.822
Despesas Operacionais	14.322.861	15.761.669	17.591.729	12.553.010	17.218.415
Res. Oper. antes Res. Financ.	19.957.689	16.581.078	15.701.819	16.875.569	14.881.407
Resultado Financeiro	(13.823.566)	(10.719.645)	(11.160.605)	(12.608.717)	(13.168.955)
Resultado Operacional	6.134.123	5.861.433	4.541.214	4.266.852	1.712.452
Investimentos	11.733.177	8.960.917	20.086.567	13.412.074	23.969.737
Produção carvão ROM (t)	2.059.865	1.894.849	1.886.063	2.013.187	2.015.205
Pessoal Próprio	370	356	348	344	401

Valores históricos em reais

DADOS COMPARATIVOS DA CRM

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Bruta Anual	117.309.421	108.370.891	101.534.533	108.581.066	105.861.897
Receita Líquida Anual	112.219.701	103.227.936	95.130.683	101.709.237	99.741.480
Custos dos Prod. Vendidos	67.951.705	64.517.469	58.604.691	68.955.227	67.641.658
Resultado Bruto	44.267.996	38.710.467	36.525.992	32.754.009	32.099.822
Despesas Operacionais	18.495.746	16.864.865	19.299.696	13.971.500	17.218.415
Res. Oper. antes Res. Financ.	25.772.250	19.845.602	17.226.296	18.782.509	14.881.407
Resultado Financeiro	(17.850.984)	(12.830.155)	(12.244.179)	(14.033.502)	(13.168.955)
Resultado Operacional	7.921.266	7.015.447	4.982.117	4.749.007	1.712.452
Investimentos	15.151.572	10.725.164	22.036.756	14.927.639	23.969.737
Produção carvão ROM (t)	2.059.865	1.894.849	1.886.063	2.013.187	2.015.205
Pessoal Próprio	370	356	348	344	401

Valores em reais de 31/12/2010, com base na variação do IGP-DI/FGV.

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2010 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infra-estrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R\$ 23,9 milhões. Estes recursos são oriundos da geração de caixa da CRM.

1.6. Meio Ambiente

Concluída a implantação do Sistema de Gestão Ambiental-SGA na sede da CRM; prossegue a implantação nas unidades mineiras.

No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos anos, nas principais unidades mineiras da CRM:

Obs.: valores acumulados, em hectares.

		2006	2007	2008	2009	2010
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	414	433	448	461	477
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	370	374	395	413	413
	REVEGETAÇÃO	350	364	386	398	398
MALHA II (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	356	356	356	356	356
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	356	356	356	356	356
	REVEGETAÇÃO	356	356	356	356	356
MALHA I (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	65	65	65	65	65
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	54	54	54	54	54
	REVEGETAÇÃO	13	13	28	41	47
BOA VISTA (Leão)	ÁREA IMPACTADA	41	41	41	41	41
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	19	20	26	26	26
	REVEGETAÇÃO	15	15	15	21	21
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA	-	-	7	13	27
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	-	-	0	3	5
	REVEGETAÇÃO	-	-	0	1	3
TOTAIS CRM	ÁREA IMPACTADA	876	895	917	936	966
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	799	804	831	852	854
	REVEGETAÇÃO	734	748	791	817	825

1.7. Novos Empreendimentos

Durante 2010 foram mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas terão seguimento em 2011 e deverão resultar na formalização, ainda este ano, de novos contratos de fornecimento de carvão mineral a usinas termelétricas. Além destas tratativas, é a seguinte a situação dos demais empreendimentos que a CRM participa:

1.7.1. Usina Presidente Médici / Fase C (Candiota III) - Mina de Candiota

A CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica é proprietária da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A e B, com capacidade instalada de 446 MW, localizada no município de Candiota (RS). Esta unidade geradora é abastecida com carvão mineral que a CRM produz na Mina de Candiota. Nos últimos anos foram consumidas, em média, 2,0 milhões de toneladas/ano de carvão CE-3300. Com sua participação no leilão de compra e venda de energia nova promovido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica em dezembro de 2005, a CGTEE viabilizou a implantação da Fase C da UPME, com capacidade de mais 350 MW de energia. Para prover todo o carvão que o complexo termelétrico passou a consumir (UPME Fases A + B + C), a partir de novembro passado a Mina de Candiota aumentou sua produção para 275.000 t/mês, o que representa um incremento em mais de 100% de sua produção.

1.7.2. Mina do Leão II

A Mina do Leão II permanece arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., que vem efetuando o pagamento do valor de “royalties” mínimo estabelecido no contrato de arrendamento. Sua entrada em operação deverá propiciar à CRM o recebimento de “royalties” quando da venda do carvão produzido, bem como permitir a geração de renda e emprego na região. Sem abrir mão da propriedade dos títulos minerários e das instalações mineiras e, contando com garantias contratuais contra eventuais insucessos no projeto de retomada da Mina do Leão II, a CRM buscou uma solução racional para o aproveitamento dos recursos investidos em instalações e equipamentos naquela unidade mineira.

1.7.3. Mina do Iruí

A CRM, durante 2010, continuou efetuando estudos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de

empreendimentos de geração termelétrica na região do Município de Cachoeira do Sul.

1.8. Gestão Administrativa

Durante o ano de 2010 a CRM promoveu a realização de concurso público com a finalidade de atender as necessidades de pessoal resultantes de sua expansão vinculada a entrada em operação da Fase C da UPME e de reposições em diversas áreas da Empresa.

Com o concurso público a Diretoria visou também atender o Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho e os apontamentos de auditorias do Tribunal de Contas do Estado e da Contadoria e Auditoria Geral do Estado - CAGE que apontavam a necessidade de substituição de funcionários prestadores de serviços contratados através de empresas terceirizadas, por funcionários do quadro.

A empresa manteve sua política para desenvolvimento de seus recursos humanos, através da Programação de Treinamento e Desenvolvimento/2010 elaborada a partir de solicitações das gerências de cada unidade, sempre avalizadas pelos respectivos superintendentes. A partir destas solicitações, foram realizados 54 cursos, totalizando 2.625 horas de treinamento ministradas a 303 participantes. O número ficou aquém do planejado em função de que no planejamento foram programadas horas de treinamento para os novos admitidos no concurso público, mas neste, nem todas as vagas foram preenchidas. Além disto, como as principais contratações da área operacional, como operadores de máquinas, tiveram início ao final do ano, seu treinamento, bem como a admissão dos demais aprovados acontecerá, inevitavelmente, em 2011.

Por fim, os esforços da diretoria, juntamente com o corpo funcional, estão sempre de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado na busca de melhorias e no cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Gestão.

1.9. Perspectivas

Com a retomada da economia brasileira já verificada a partir de 2009 após a queda provocada pela crise financeira internacional e com o crescimento do PIB em 2010 em torno de 7,5% e de estimados 4,6% para 2011, segundo os dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), é esperado um aumento no consumo de energia elétrica da ordem de 5,7% para 2011 em relação a 2010. Ainda segundo a EPE, se o crescimento brasileiro mantiver uma média de 5% ao ano a partir de 2011, o consumo de energia deverá crescer em torno de 50% até 2019, ainda em relação a 2010.

Neste cenário e aproveitando as lições da crise energética vivida pelo País em 2001, que mostrou claramente a necessidade da complementação térmica em um sistema essencialmente hidrelétrico, como o nacional, de modo a regulá-lo, o planejamento energético nacional, com base nos estudos realizados pela EPE continuará expandindo a geração termelétrica, sendo que a fonte carvão, por ser disponível e nacional, portanto, sem o dispêndio de divisas e dependente de questões políticas externas, deverá ser incentivado. Isto confirma as excelentes perspectivas futuras da CRM em um horizonte não muito distante, já que é detentora dos direitos minerários das maiores e mais competitivas reservas de carvão do país.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010

Telmo José Kirst
Diretor Presidente

Mauro Ochman
Diretor Administrativo

Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2010 e 2009

2.1. Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2010	2009	2009
		Ajustado	Original
Circulante	<u>63.592</u>	<u>54.699</u>	<u>54.699</u>
Disponibilidades	22.945	21.713	21.713
Contas a receber de clientes	11.858	8.933	8.933
Demais contas a receber (nota 2.5.2.2)	19.565	15.543	15.543
Estoques (nota 2.5.3)	8.825	8.102	8.102
Despesas do exercício seguinte	399	408	408
Não Circulante	<u>234.601</u>	<u>225.510</u>	<u>220.699</u>
Realizável a longo prazo	<u>3.806</u>	<u>9.358</u>	<u>9.359</u>
Devedores por aquisição de imóveis	18	18	19
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.4)	3.788	9.057	9.057
Outros valores	0	283	283
Investimentos (nota 2.5.5)	<u>54</u>	<u>54</u>	<u>54</u>
Custo	4.026	4.026	4.026
(-) Provisão para perda	(3.972)	(3.972)	(3.972)
Imobilizado (nota 2.5.6)	<u>230.741</u>	<u>216.098</u>	<u>211.286</u>
Custo	381.634	359.174	359.174
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(112.017)	(104.200)	(109.012)
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)	(38.876)
Total	<u>298.193</u>	<u>280.209</u>	<u>275.398</u>

Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro**Em milhares de reais**

Passivo	2010	2009	2009
		Ajustado	Original
Circulante	<u>56.939</u>	<u>50.345</u>	<u>50.345</u>
Fornecedores	6.691	3.862	3.862
Salários e encargos sociais	1.217	1.179	1.179
Impostos e contribuições sociais	1.859	3.077	3.077
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	447	401	401
Demais contas a pagar (nota 2.5.7)	6.535	3.348	3.348
Juros sobre o capital próprio	40.190	38.478	38.478
Não Circulante	<u>110.299</u>	<u>94.452</u>	<u>94.452</u>
Empréstimos e financiamentos (nota 2.5.8)	86.780	70.841	70.841
Contribuição social	535	927	927
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	4.056	4.450	4.450
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.14)	6.388	6.549	6.549
Tributos federais a recolher (nota 2.5.10)	12.540	11.685	11.685
Patrimônio líquido	<u>130.955</u>	<u>135.412</u>	<u>130.601</u>
Capital social (nota 2.5.11.1)	235.430	235.430	235.430
Reserva de reavaliação (nota 2.5.11.3)	12.472	12.784	12.784
Prejuízos acumulados	(116.947)	(112.802)	(117.613)
Total	<u>298.193</u>	<u>280.209</u>	<u>275.398</u>

2.2. Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2010</u>	<u>2009</u> Ajustado	<u>2009</u> Original
Receita bruta das vendas	105.862	97.557	97.557
(-) Impostos sobre vendas	(6.120)	(6.174)	(6.174)
Receita líquida de vendas	<u>99.742</u>	<u>91.383</u>	<u>91.383</u>
(-) Custo dos produtos vendidos	(67.642)	(57.143)	(61.954)
Lucro bruto	<u>32.100</u>	<u>34.240</u>	<u>29.429</u>
Despesas / Receitas operacionais	<u>(30.388)</u>	<u>(25.162)</u>	<u>(25.162)</u>
Comerciais	(1.090)	(1.300)	(1.300)
Gerais e administrativas	(17.910)	(16.332)	(16.332)
Outras despesas	(1.336)	(1.981)	(1.981)
Outras receitas (nota 2.5.12 c)	3.117	7.060	7.060
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.12 a/b)	(13.169)	(12.609)	(12.609)
Lucro do exercício antes da reversão da provisão	<u>1.712</u>	<u>9.078</u>	<u>4.267</u>
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	<u>1.712</u>	<u>9.078</u>	<u>4.267</u>
Contribuição social (nota 2.5.13)	0	(143)	(143)
Imposto de renda (nota 2.5.13)	0	(349)	(349)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>1.712</u>	<u>8.586</u>	<u>3.775</u>
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.11.2)	1.712	4.124	4.124
Lucro líquido do exercício	<u>3.424</u>	<u>12.710</u>	<u>7.899</u>
Lucro por lote de mil ações do capital social	0,73	1,68	1,68

2.3. Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2010	2009	2009
		Ajustado	Original
Lucro líquido do exercício	3.424	12.710	7.899
Ajustes:			
Depreciações	3.612	2.056	6.868
Amortizações	0	53	52
Custo das baixas do ativo imobilizado	902	460	460
Juros e variações monetárias ativas	(121)	(273)	(273)
Juros e variações monetárias passivas	16.641	13.548	13.548
Reversão provisão para contingências fiscais	(905)	(3.993)	(3.993)
Reversão provisão para contingências trabalhistas	122	0	0
Provisões tributárias, trabalhistas e outras	511	566	566
Provisão para impostos e contribuições sociais	462	0	0
Lucro líquido ajustado	24.648	25.127	25.127
Variações no ativo:			
Aumento contas a receber de clientes	(2.925)	(257)	(257)
Aumento de estoques	(723)	(2.046)	(2.046)
Aumento/Redução outras contas a receber	(4.012)	(2.293)	(2.293)
Aumento/Redução créditos tributários	4.033	(2.475)	(2.475)
Variações no passivo:			
Redução de fornecedores	2.829	(611)	(611)
Redução impostos e contribuições	(1.180)	(114)	(114)
Redução provisão para contingência trab.e cíveis	45	(837)	(837)
Redução/Aumento contribuições sociais a recolher	0	(1.004)	(1.004)
Aumento outras contas a pagar	3.187	161	161
Transf.de financiam.de longo prazo para circulante	(447)	(1.048)	(1.048)
Outras adições ao exigível a longo prazo	(254)	480	480
Caixa líquido proveniente das ativ.operacionais	25.201	15.083	15.083
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de financiamentos	0	(419)	(419)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	0	(419)	(419)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado	(23.969)	(13.412)	(13.412)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(23.969)	(13.412)	(13.412)
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	1.232	1.252	1.252
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.713	20.461	20.461
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.945	21.713	21.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>Varição</u>
Disponibilidades	<u>22.945</u>	<u>21.713</u>	<u>1.232</u>
Caixa	35	16	19
Disponibilidades em bancos	5.765	6.453	(688)
Aplicações financeiras	17.135	15.244	1.891
Numerário em transito	10	0	10

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2010

Em milhares de reais

Saldos	Capital Social Subscrito	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2008	235.430	14.106	(123.391)	126.145
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.003)	2.003	-
Realização tributos diferidos s/res.reaval	-	681	-	681
Juros sobre o capital próprio	-	-	(4.124)	(4.124)
Lucro líquido do exercício	-	-	7.899	7.899
Em 31 de dezembro de 2009-Original	235.430	12.784	(117.613)	130.601
Ajuste de Exerc. anteriores (nota 2.5.15)	-	-	(1.518)	(1.518)
Em 31 de dezembro de 2009-Ajustado	235.430	12.784	(119.131)	129.083
Realização da reserva de reavaliação	-	(472)	472	-
Realização tributos diferidos s/res.reaval.	-	160	-	160
Juros sobre o capital próprio	-	-	(1.712)	(1.712)
Lucro líquido do exercício	-	-	3.424	3.424
Em 31 de dezembro de 2010	235.430	12.472	(116.947)	130.955

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010.

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis relativas a 31 de dezembro de 2009 foram reclassificadas para fins de comparabilidade nas seguintes rubricas: depreciação e exaustão acumulada no ativo imobilizado, lucros e prejuízos acumulados no passivo, custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício e lucro líquido do exercício e depreciações na demonstração do fluxo de caixa.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

**2.5.2.2. Demais Contas a Receber: R\$ 19.565 mil (R\$ 15.543 mil em 2009),
compondo-se basicamente de:**

- a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 1.818 mil (R\$ 2.410 mil em 2009), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE ocorrer com o imposto diferido;
- b) Adiantamento a Fornecedores - R\$ 25 mil (R\$ 23 mil em 2009);
- c) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 2.308 mil (R\$ 483 mil em 2009);
- d) Aplicações Caixa Único - R\$ 5.160 mil (R\$ 4.023 mil em 2009);
- e) IRPJ/CSLL a compensar exercício anterior - R\$ 8.702 mil (R\$ 4.137 mil em 2009).

2.5.3. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema de custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Carvão	4.956	4.206
Produtos Acabados	1.551	1.887
Produtos em Elaboração	3.405	2.319
Almoxarifado	3.869	3.896
Total	<u>8.825</u>	<u>8.102</u>

2.5.4. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 3.788 mil (R\$ 9.057 mil em 2009), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósitos relativos aos processos nº. 2000.71.00.00.18583-1 - INSS, no valor de R\$ 964 mil (R\$ 917 mil em 2009) e nº. 98.00.324011 - 1ª. vara de execução fiscal, no valor de R\$ 44 mil (R\$ 41 mil em 2009);
- b) Depósitos para Garantia de Juízo Trabalhista referentes a diversos processos, no valor de R\$ 1.525 mil (R\$ 2.519 mil em 2009);
- c) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 564 mil em 2009).

2.5.5. Investimentos

O valor total de R\$ 54 mil corresponde a: R\$ 10 mil em ações da subsidiária integral Companhia Operadora de Mineração - COM, R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas e R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.6. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. No exercício de 2010 a Administração da Companhia procedeu a revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, identificando a adoção de novos prazos de vida útil para os respectivos ativos, conforme laudo emitido pela empresa Ferrari Avaliações Patrimoniais Ltda., datado de 15/12/10. Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2010. Esse movimento representou um aumento, no prazo de vida útil em relação aos praticados até 2009, gerando uma redução na despesa de

depreciação de R\$ 4.401 mil, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2010.

a) Provisão para Perda

Conforme demonstrado a seguir, permanece com uma “Provisão para Perda com Ajuste a Valor de Mercado”, constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Demonstrativo do Imobilizado:

ITENS	SALDO EM 2009	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERRÊNCIAS	DEPREC./EXAUSTÃO	SALDO EM 2010	Taxas de depreciação anual em %
Terrenos	7.458	160	0	0	0	7.618	0
Prédios	8.473	15	(149)	4.782	0	13.121	0,03 a 6,81
Jazidas	9.894	0	0	220	0	10.114	0,19 a 2,50
Equip.de Produção	95.616	8.377	0	8.156	0	112.149	0,06 a 100,00
Equip.de Manutenção	2.285	91	(3)	10	0	2.383	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	7.751	2	0	824	0	8.577	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.223	68	(4)	0	0	1.287	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	6.945	1.141	(503)	191	0	7.774	0,27 a 45,99
Instalações	14.057	10	0	3.374	0	17.441	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	233	0	0	248	0	481	3,71 a 100,00
Bens em Operação	153.935	9.864	(659)	17.805	0	180.945	
Deprec./Exaustão Acumul.	(109.012)	0	607	0	(3.612)	(112.017)	0
Subtotal	44.923	9.864	(52)	17.805	(3.612)	68.928	
Imobilização em Andam.	205.239	14.105	(850)	(17.805)	0	200.689	
Direitos em Formação	3.853	0	0	0	0	3.853	0
Bens em Formação	201.386	14.105	(850)	(17.805)	0	196.836	0
Subtotal	250.162	23.969	(902)	0	(3.612)	269.617	
Ajustes a Vl. de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.876)	0
Total	211.286	23.969	(902)	0	(3.612)	230.741	

O valor do imobilizado em formação refere-se, na sua maior parte, ao projeto em implantação da Mina do Leão II, que atualmente encontra-se arrendada pela CRM à Carbonífera Criciúma S/A.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, continuará sendo realizada para a conta de prejuízos acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76 e Pronunciamento Técnico CPC 01, a Companhia realizou análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens. O estudo demonstrou que o valor do ativo imobilizado é recuperável, não havendo perda a ser registrada.

2.5.7. Demais Contas a Pagar: R\$ 6.535 mil (R\$ 3.348 mil em 2009), compondo-se basicamente de:

- a) Aluguéis e contas a pagar - R\$ 86 mil (R\$ 92 mil em 2009);
- b) Provisões para encargos sociais - R\$ 3.182 mil (R\$ 2.640 mil em 2009);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 503 mil (R\$ 437 mil em 2009);
- d) Adiantamento de clientes - R\$ 2.726 mil (R\$ 53 mil em 2009).

2.5.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da UFIR e TR, se captados no mercado interno, ou pela variação de moedas estrangeiras, se originários de captação externa.

	Taxa média anual de juros e comissões	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Moeda estrangeira - US\$ 142 mil - 2009 US\$ 145 mil - 2010	Libor 3 meses + 0,8125 % a.a.	241	249
Moeda nacional	ufir + jr 0,3226 Tr-Selic + jr 1%	<u>86.539</u>	<u>70.592</u>
Total		<u>86.780</u>	<u>70.841</u>
Exigível a longo prazo (50 parcelas)		<u>86.780</u>	<u>70.841</u>
Total		<u>86.780</u>	<u>70.841</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
2011	-	17.001
2012	20.829	17.001
2013	20.829	17.001
2014	20.829	17.001
2015	20.829	2.837
2016	3.464	-
Total	<u>86.780</u>	<u>70.841</u>

2.5.9. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações financeiras, a

Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Ações	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2010	2009	2010	2009
Circulante				
Trabalhistas	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>447</u>	<u>401</u>
Exigível a longo prazo				
Trabalhistas	537	569	635	462
Fiscais	1.009	959	2.506	2.251
Cíveis	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>915</u>	<u>1.737</u>
	<u>1.546</u>	<u>1.528</u>	<u>4.056</u>	<u>4.450</u>
Total	<u>1.546</u>	<u>1.528</u>	<u>4.503</u>	<u>4.851</u>

De acordo com a expectativa de êxito, no entendimento da consultoria jurídica Sbaraini Direito Empresarial, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento de diferenças devidas de PIS e COFINS, no montante aproximado de R\$ 36.365 mil, conforme processos nº. 11080-014.351/2008-37 e 11080-721.627/2010-51, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

2.5.10. Tributos Federais a Recolher: R\$12.540 mil (R\$ 11.685 mil em 2009)

Deste total, R\$ 12.347 mil (R\$ 11.685 mil em 2009) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional-PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo a IRPJ inscrito em dívida ativa.

2.5.11. Patrimônio Líquido

2.5.11.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 235.430 mil (R\$ 235.430 mil em 2009), representado por 4.693.999.235 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 268.593 mil (R\$ 268.593 mil em 2009).

2.5.11.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de R\$ 1.712 mil. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, gerando uma economia fiscal de R\$ 582 mil. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão do juro sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de juros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.11.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de R\$ 12.472 mil (R\$ 12.784 mil em 2009) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para prejuízos acumulados, no montante de R\$ 472 mil (R\$ 2.003 mil em 2009).

2.5.12. Demonstração do Resultado

a) Despesas Financeiras - R\$ 15.097 mil (R\$ 14.585 mil em 2009), tendo como valores mais significativos, R\$ 1.712 mil (R\$ 4.124 mil em 2009), correspondente a juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei n.º 9.249/95 e R\$ 11.878 mil (R\$ 9.702 mil em 2009), correspondente a juros e variações monetárias sobre financiamentos do permanente em moeda estrangeira;

b) Receitas Financeiras - R\$ 1.928 mil (R\$ 1.976 mil em 2009), tendo como valor mais relevante, R\$ 1.860 mil (R\$ 1.876 mil em 2009), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;

c) Outras Receitas - R\$ 3.117 mil (R\$ 7.060 mil em 2009), tendo como valores mais relevantes a reversão de provisão para indenizações - R\$ 1.112 mil (R\$ 4.829 mil em 2009) e multa contratual - R\$ 1.921 mil (R\$ 2.068 mil em 2009).

2.5.13. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	0	143
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	0	349

2.5.14. Provisão para Impostos Diferidos

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Reserva de reavaliação		18.861	19.333
Contribuição social	9%	1.697	1.740
Imposto de renda	15%	2.829	2.900
Adicional imposto de renda	10%	<u>1.862</u>	<u>1.909</u>
Provisão impostos diferidos		<u>6.388</u>	<u>6.549</u>

2.5.15. Ajustes para fins de comparabilidade

O valor de R\$ 1.518 mil corresponde aos processos trabalhistas, liquidados no exercício de 2009 e não reconhecidos no respectivo exercício, contabilizados retrospectivamente em dezembro de 2009, para fins de comparabilidade estão sendo agora computados como ajustes das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2009.

2.5.16. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, e de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente.

2.5.17. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Plano de previdência complementar	895	776

Telmo José Kirst
Diretor Presidente
CPF n.º 069.258.550-87

Mauro Ochman
Diretor Administrativo
CPF n.º 377.964.020-15

Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF n.º 345.068.969-04

Sergio Luiz dos Santos
Contador CRC/RS 44.941
CPF n.º 294.950.160-53

3. Parecer dos Auditores Independentes

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010.**

Eldorado do Sul, 04 de março de 2011.

Ilmos. Srs.
DIRETORES E ACIONISTAS da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia Riograndense de Mineração - CRM é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

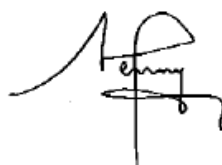
Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em 1996, a companhia efetuou reavaliação de alguns itens do ativo imobilizado, tendo na ocasião uma perda de R\$ 38.965 mil reconhecida em contrapartida de reserva de reavaliação anteriormente constituída. O laudo do avaliador independente não contém detalhes suficientes para identificar as contas e subcontas afetadas por esta reavaliação, por isto, não tendo sido possível concluir sobre a adequação da referida perda registrada e correspondente saldo da conta de reserva de reavaliação.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a efeitos que possam advir do assunto descrito no parágrafo **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia Riograndense de Mineração - CRM, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS/23584/T/SP/S/RS
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

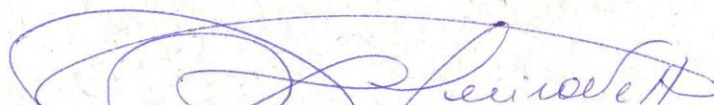
Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

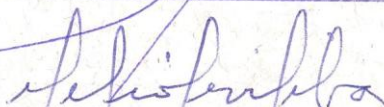
4. Parecer do Conselho Fiscal

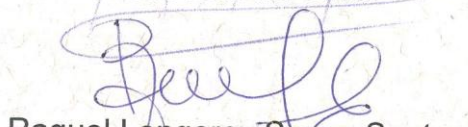
PARECER DO CONSELHO FISCAL

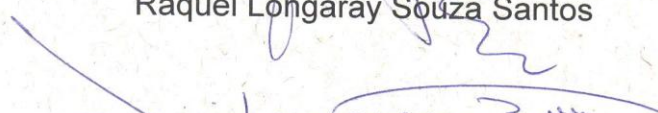
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2010 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 04 de março de 2011, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

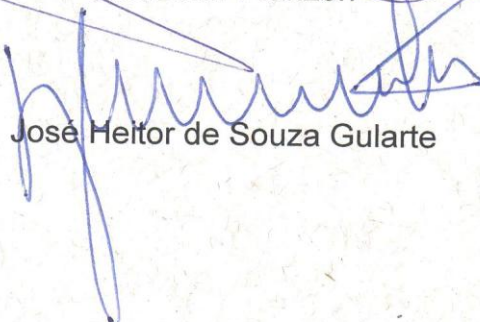
Porto Alegre, 14 de março de 2011


Adalberto Caino Silveira Netto


Hélio Levi da Silva


Raquel Longaray Souza Santos


Lindemar Franzon



José Heitor de Souza Gularte

5. Manifestação do Conselho de Administração

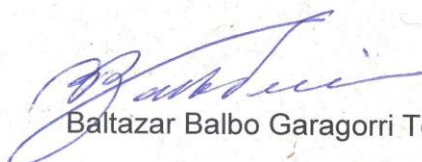
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

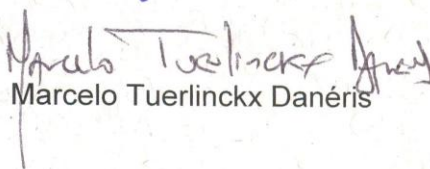
O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2010, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, HLB Audilink Auditores & Consultores e do Conselho Fiscal, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, com reserva, tendo em vista que a nova Administração foi eleita no presente exercício ao passo que as Demonstrações referem-se ao exercício findo. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais e seu conteúdo se refere a atos praticados pela anterior gestão.

Porto Alegre, 14 de março de 2011


Claudemir Bragagnolo
Presidente do Conselho


Elifas Mariom Kerller Simas


Baltazar Balbo Garagorri Teixeira


Marcelo Tuerlinckx Daneris


Vinicius Gomes Wu


Flavio Koutzii